

José Eli da Veiga: Tendência é subestimar incerteza com armamento nuclear

Inclinação é subestimar a incerteza com esse tipo de armamento e supervalorizar a ambiental

Por José Eli da Veiga

13/09/2019 05h00 · Atualizado há 3 dias



— Foto: Caballero

Quem dá atenção às avaliações de riscos globais divulgadas pelo Fórum de Davos (WEF) pode até estar preocupado, mas sem motivos para se alarmar. Em 2019, o risco global de maior impacto - uso de armas de destruição em massa - está entre os menos esperados de uma lista de 30. Já o segundo - insucesso na mitigação do aquecimento global - foi considerado altamente plausível, só perdendo para eventos climáticos extremos. Então, nada poderia parecer imediatamente assustador, pois serão

forçosamente de longo prazo as consequências de um total fracasso do regime instituído pela Convenção do Clima (1992) e das eventuais tentativas de se apelar para a chamada “geoengenharia”.

Há uma séria incongruência, contudo, nessas sondagens feitas há 14 anos pelo Global Risks Perception Survey (GRPS). Pois a noção de risco não deveria continuar a ser tão confundida e misturada com a de incerteza. A rigor, riscos podem ser estatisticamente estimados, com base no histórico de ocorrências, enquanto incertezas sobre o futuro só podem ser subjetivamente avaliadas e - no máximo - discutidas em termos metafísicos. Certamente é a consciência dessa dubiedade que explica por que o Survey evita o termo “probabilidade” em favor do bem menos comprometedor “likelihood”.

Mesmo assim, as pesquisas anuais do WEF devem ser consideradas uma excelente fonte se a pergunta for sobre a percepção de futuro que em determinado momento predominava na elite formada por três peculiares subconjuntos: as comunidades parceiras do Fórum, as redes profissionais de seu Conselho Consultivo e os membros do técnico Institut of Risk Management.

A principal mensagem do último relatório foi que, no fim de 2018, os três segmentos de tal elite não estavam dando a mínima importância à incerteza provocada pelo alastramento das armas nucleares, embora estivessem levando extremamente a sério as incertezas ambientais, particularmente as climáticas. Tal constatação impõe horrível pergunta: estariam cegos? Pois ambas as incertezas incidem sobre a perspectiva do autoextermínio da humanidade, mas ele será imediato e irrestrito por via de calamidade nuclear, enquanto são bem mais incertas e duvidosas as efetivas consequências da desregulação ecossistêmica global em curso. Não há garantia de que a desgraça ecológica seja inteiramente irreversível, por mais medonhos que possam ser os melhores prognósticos. Talvez possa haver recuo e reorientação, talvez não.

A inclinação mais em voga é o avesso de tal ponderação: subestimar a incerteza nuclear e supervalorizar a ambiental. É o que está patente na audiência obtida nos EUA, tanto pelas profecias do ecólogo Guy R. McPherson, da Universidade do Arizona, quanto pelos ensaios do jornalista David Wallace-Wells no “New York Magazine” e em seu livro “A Terra Inabitável” (Companhia das Letras). Mais ainda na Europa, principalmente por causa de uma rede franco-suíça de intelectuais empenhados na legitimação do que chamam “colapsologia”.

O principal “hub” da “colapsologia” está no parisiense Institut Momentum, fundado em 2011 e dirigido por Yves Cochet, militante verde desde o início dos 1970, com diversos mandatos parlamentares entre 1989 e 2014 e por quase um ano ministro do governo de Lionel Jospin. Junta estudiosos convictos de que a ciência do sistema Terra já teria provado que a humanidade não sobreviverá até 2040, chame-se isso de apocalipse, armagedom, cataclismo, derradeira batalha, fim do mundo, hecatombe ou juízo final.

Essa turma tem sido muito maltratada por figuras que conquistaram ampla visibilidade por detonarem todo o ideário dos verdes. Para tais detratores, os “colapsólogos” oferecem um prato cheio. Mas não só, já que também do lado mais ecologista há quem se empenhe em separar o joio do trigo, mostrando não existir certeza - atribuível à ciência - sobre o futuro da humanidade. Foram nessa linha artigos publicados nos últimos dois meses pelo “Le Monde” sob o chapéu “Viver com o fim do mundo”. Debate que ilustrou até demais um dos beabás da chamada “teoria do risco”.

No livro “Risco”, traduzido pela editora Senac-SP em 2009, John Adams, emérito professor do University College London, começa por descrever as quatro predisposições psíquicas dos humanos sobre a natureza. Para os que a têm como essencialmente benigna, ela seria tão robusta, estável e previsível que um bom manejo contrabalançaria males impostos pela ascensão dos humanos. Para os que, ao contrário, a percebem particularmente delicada, seria tão frágil, precária e efêmera que os humanos

deveriam lidar com ela como se estivessem pisando em ovos. Há os que combinam as duas propensões acima, pois vislumbram a natureza simultaneamente tolerante e perversa. Para esses, em certas condições ela se manteria benigna, mas, em outras, se tornaria periclitante. E ainda há os que têm a natureza como tão caprichosa que proibiria qualquer pretensão humana de gerenciá-la.

São tais arquétipos que podem levar até bons pesquisadores a inferências das mais divergentes diante do mesmo conjunto de evidências sobre a desregulação climática, a erosão da biodiversidade ou o estresse hídrico. Nos extremos estão os tais adeptos da “colapsologia” e seus difamadores, que os acusam de “sotereologia”, parte da teologia referente à salvação da humanidade. Todavia, é longe desses dois quadrantes simétricos que se distribui a esmagadora maioria dos analistas mais circunspectos, avessos a prejulgamentos, por reconhecerem o quão gigantesco ainda é o desconhecimento humano sobre a complexidade da natureza.

Ótimo indício está na emergência, entre 2005 e 2014, e distante do eixo franco-suíço, de um punhado de grandes iniciativas a vocação transdisciplinar, dedicadas ao estudo do que poderia ser definido como “incertezas existenciais”: os fenômenos capazes de condenar a vida inteligente na Terra a ficar permanentemente atrofiada, ou ser mesmo aniquilada.

No Reino Unido, o CSER (Center for the Study of Existential Risk, Cambridge, 2012) e o FHI (Future of Humanity Institute, Oxford, 2005). Nos EUA, o FLI (Future of Life Institute, Boston, 2014), o GCRI (Global Catastrophic Risk Institute, Nova York, 2011) e a SU (Singularity University, Santa Clara, 2008). Estas cinco organizações foram criadas por pesquisadores que em algum momento de suas carreiras passaram se preocupar prioritariamente com o que convencionaram chamar de “risco existencial”. O CSER é obra de sir Martin Rees, com Huw Price e Jaan Tallinn, este também um dos principais fundadores do FLI. O FHI foi criado e é tocado por Nick Bostrom, assim como a SU contou desde a origem com Ray Kurzweil e Peter Diamandis.

Cérebros tão ou mais privilegiados povoam seus respectivos conselhos consultivos.

Poucos sabem, contudo, que um dos principais mentores da turma que patrocina quase todas essas instituições é um filósofo francês que, desde 1984, ensina ciência política na Universidade de Stanford e tem fortes laços familiares com o Brasil: Jean-Pierre Dupuy. Dos seus 40 livros, 6 existem em português (dois por pirataria). Mas, por enquanto, só está prevista tradução em Portugal (Piaget) do mais relevante em sua avaliação: o ensaio de metafísica nuclear “La Guerre Qui Ne Peut Pas Avoir Lieu” (A guerra que não pode suceder) - lançado em março, pela editora belga Desclée de Brouwer.

Embora tenha obras sobre muitas questões - que vão da cibernética à economia, passando até pelo ciúme -, o âmago das pesquisas de Dupuy esteve voltado, desde 2002, ao perigo atômico e às razões da despreocupação e da negligência em que repousa. Procura demonstrar que a ameaça de uma guerra nuclear é tão ou mais séria do que o foi ao longo do quase meio século da Guerra Fria, ou mesmo durante a conjuntura que se seguiu aos ataques do 11 de Setembro.

Para mostrar qual é o real tamanho dessa encrência e procurar as razões da dominante cegueira, Dupuy faz minuciosa análise do discurso sobre a célebre “dissuasão”, atributo que diferenciaria as armas atômicas das convencionais, estas só úteis para ataque e defesa. Continua fortíssima tal doutrina, segundo a qual bombas termonucleares terminariam por ser inofensivas, pois só existiriam para constranger inimigos a delas não se servirem. Mais, graças a elas governos ficariam “mais modestos, mais moderados e mais cautelosos”, como repetiu até a morte, em 2013, uma das sumidades da teoria das relações internacionais, o filósofo Kenneth Waltz, da Universidade de Columbia.

O problema é que o discurso sobre a dissuasão nunca foi levado a sério pelos que travaram a Guerra Fria, a começar pelos seus protagonistas, URSS e USA. E seria muito desejável que as atuais potências nucleares erigissem instituições capazes de realmente

assegurar o que chamaram de dissuasão.

Para justificar tal argumento, Dupuy primeiro realça os muitos fatos que contrariam a tese neorrealista de Waltz, e depois mobiliza a filosofia analítica para discutir o quanto é imoral a simples posse de arma nuclear. Ao combinar a parte empírica com a teórica, o leitor facilmente concluirá que o direito internacional deveria incluir a posse desse tipo de armamento na relação dos “crimes contra a humanidade”. Proposta que Dupuy apoiou em longa entrevista concedida à revista eletrônica iPhilo (13 de maio de 2019), mas não mencionada no livro.

De todos os fatos que destaca, o mais chocante levou 40 anos para ficar conhecido. Durante o confronto que opôs os EUA à URSS, naqueles 13 dias de outubro de 1962 que passaram para a história como a crise dos mísseis de Cuba, um submarino soviético acuado por um porta-aviões americano só por um triz não disparou as ogivas nucleares que carregava. Ao receber falso alarme, o responsável pela nave - que derretia a mais de 50 °C e sem comunicação com Moscou - ficou em dúvida se a guerra teria começado. Só que, antes de apertar o botão, achou melhor consultar um subordinado que também era o assistente político da tripulação. Para o bem de todos e felicidade geral do mundo, seu camarada respondeu que ele necessitaria de ordem superior. Se tivesse tido reação inversa, não estaríamos por aqui.

O pior é que os americanos nem sabiam da existência, naquelas paragens, de submarinos soviéticos com artilharia nuclear. Se soubessem, é provável que o comandante do porta-aviões tivesse sido muito mais cauteloso. O que não significa que houve defeito do sistema ianque de informação. Na linha da “dissuasão”, o absurdo é que o alto comando militar do governo estadunidense não tenha sido avisado por seu equivalente soviético.

Impossível não lembrar, portanto, do impagável longa lançado logo depois, em abril de 1964, por Stanley Kubrick: “Dr. Strangelove”, que aqui virou “Dr. Fantástico”. Tal comédia ilustrou bem o quanto a dissuasão não era levada a sério pelos antagonistas da Guerra Fria, mesmo que o enredo seja mais

marcado pelo sonambulismo de assessores do Pentágono tentando impedir que um general insano desencadeasse a guerra nuclear. Foi esse filme que popularizou a noção de “máquina do juízo final” (doomsday machine), até ali usada apenas no âmbito da RAND Corporation.

Tal emprego do termo “máquina” deveria servir de lembrete às elites bem pensantes, pois não há artefato humano que funcione 100%. Não existe nada de parecido com “segurança total” ou com “risco zero”. E evidências similares à do incidente com o submarino soviético abundam nos trabalhos de duas grandes autoridades na questão nuclear que estão entre as principais fontes empíricas de Dupuy: Daniel Ellsberg e William J. Perry.

O primeiro foi quem vazou, em 1971, as incríveis 14 mil páginas Pentagon Papers, dois decênios antes que o segundo viesse a ser Secretário de Defesa dos EUA, sob a Presidência de Bill Clinton. Outros argumentos se apoiam em posições do próprio George P. Schultz, várias vezes secretário dos governos Nixon e Reagan, assim como de um excelente time de ex-políticos, empresários e cientistas que, sob a liderança do ex-senador Sam Nunn, participam da NTI - Nuclear Threat Initiative - organização que luta pelo advento de um mundo no qual as armas nucleares terão desaparecido por completo.

É só depois de tais relatos, que ocupam a primeira metade do livro, que Dupuy propõe sua árdua discussão lógica e metafísica sobre a imoralidade da “máquina do juízo final”. Nela são referências-chave três dos mais brilhantes “filhos de Heidegger”: Hans Jonas, Hannah Arendt e, singularmente, seu primeiro marido, Günther Anders.

Anders chegou a ficar conhecido no Brasil em 1968, quando Anatol Rosenfeld persuadiu Modesto Carone a traduzir seu livro de 1946: “Kafka: Pró e Contra”, reeditado pela Cosac Naify em 2007. Mas, infelizmente, só em outras línguas é possível o acesso ao cerne de sua obra filosófica, profundamente enraizada em viagens a Hiroshima. Já no retorno da primeira, em 1958, ilustrou com impressionante imagem o sentido da “banalidade do mal”,

ideia que Arendt só iria lançar cinco anos depois: “No momento em que, por nossa culpa, o mundo se torna apocalíptico, ele nos oferece a imagem de um paraíso habitado por assassinos sem malícia e por vítimas sem ódio. Em nenhum lugar existe um traço de maldade, apenas escombros”.

E prognostica: “A próxima guerra similar será a guerra mais livre de ódio que já existiu na história, sendo que essa ausência de ódio será a ausência do ódio mais desumano que já existiu: ausência de ódio e falta de escrúpulos serão uma coisa só”.

Mais do que o suficiente para que se entenda a aspiração “por um catastrofismo esclarecido”, título do principal best seller de Jean-Pierre Dupuy. Porém, desde o lançamento, em 2002, a obra foi muito mal interpretada. Muitos comentadores acharam que a forma de catastrofismo ali defendida seria equivalente a se tomar a catástrofe como certeza. Só que isso seria absurdo, diz o autor em longa nota de rodapé de seu último livro. “Se o desastre é inexorável, só se pode desistir. Gostaria que tivessem entendido o oposto: longe de ser uma certeza, a ocorrência da catástrofe deve ser considerada indeterminada, sendo tal indeterminação a forma mais radical de incerteza”. E é tal incerteza absoluta que justifica o tipo de prudência proposta na obra *La guerre qui ne peut pas avoir lieu*.

Há, contudo, justamente nesse livro, omissão das mais surpreendentes. Pois o leitor nem fica sabendo da existência do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW), objeto de coluna no **Valor** de 28 de agosto. Há muito esforço para que seja esquecida sua adoção pela Assembleia Geral da ONU em julho de 2017, com 122 votos a favor contra 69 ausências, entre as quais as potências nucleares que têm assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU (o “P5”) e quase todos os membros da Otan. A exceção foi a Holanda, única que preferiu votar contra, ao lado da abstenção declarada de Cingapura.

Para entrar em vigor, esse tratado precisaria ser assinado e ratificado por ao menos 50 países. Conseguiu 60 assinaturas, mas, até agora, somente 25 ratificações, como mostra o

monitoramento da Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares: www.icanw.org

Porém, Dupuy acha que, por duas razões, a proibição total de armas nucleares, como a prevista no TPNW, não poderia ser mais do que “simbólica”. Em entrevistas recentes enfatizou que um completo desarmamento nuclear agravaria o problema, gerando situação mais instável e, portanto, mais perigosa do que a atual. Uma corrida para ser o primeiro a se rearmar, já que permaneceria o conhecimento (know-how). E aponta para ações muito mais urgentes, mais realistas e muito mais eficazes para a paz do que uma abolição. Por exemplo, que a Rússia e os EUA pratiquem verdadeira dissuasão, desistindo de uma vez por todas do alerta que dá direito à preempção, o chamado “launch on warning”.

Essa é uma das questões que o autor certamente esclarecerá melhor, ao vivo, em dois eventos da USP, no final de outubro.

José Eli da Veiga, professor sênior da USP e autor de “O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra” (Editora 34, 2019) mantém dois sites: www.zeeli.pro.br e www.sustentaculos.pro.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Aproveite o frete grátis para Taboão Da Serra e compre agora.

ZENITTI

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

Velhice: Já é possível combater os danos da idade fazendo isto

GNESIS

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

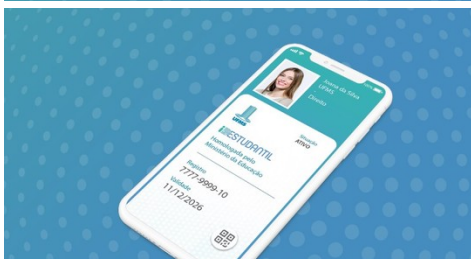
LINK PATROCINADO

Se prepare para o verão agora com lentes verdes
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Quanto combustível a sua frota gasta por trajeto? Teste grátis agora!
COBLI.CO

Mais do Valor **Econômico**



MEC lança site de carteirinha de estudante digital prometida para dezembro

O site dispõe apenas de informações resumidas sobre como poderá ser feita a emissão do novo documento

16/09/2019 11:42 — Em Brasil

Telefónica estuda compra da Oi, diz jornal espanhol

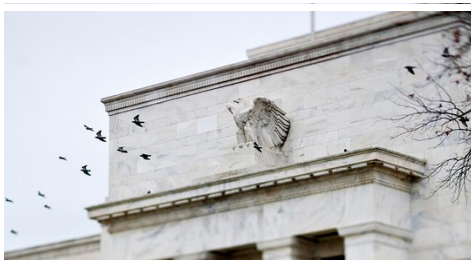
Empresa brasileira de telecomunicações está em recuperação judicial

16/09/2019 11:36 — Em Empresas



Indicador antecedente da economia tem alta em agosto, nota FGV

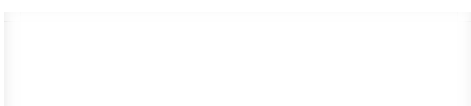
16/09/2019 11:32 — Em Brasil



Trump pressiona Fed antes de reunião para decidir taxa de juros

O presidente americano voltou a pedir um novo corte nas taxas de juros

16/09/2019 11:27 — Em Finanças



Petrobras pode ser forçada a